

Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos no ativo intangível de concessões

O contrato de concessão rodoviário representa o direito de exploração da infraestrutura, conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 6 e nº 19 às demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem elevado grau de subjetividade e julgamentos nas premissas utilizadas por parte da Administração e na manutenção de adequados controles da concessão, dado que essas capitalizações representam valores materiais e podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e podem ser registradas por valores incorretos ou ser indevidamente capitalizadas.

Como a auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desse ativo incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões; (ii) a realização de testes documentais, com base em amostragem, sobre as adições ao ativo intangível de concessão, confronto com os contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais relacionadas; (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessão, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão; (iv) a adequação dos processos e das atividades de controles existentes; e (v) a avaliação sobre a adequação das divulgações realizadas pela Administração.

Debêntures com partes relacionadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia possui debêntures com partes relacionadas que são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as debêntures com partes relacionadas foram designadas como instrumento financeiro composto, e a classificação como dívida ou instrumento de capital envolve elevado grau de subjetividade referente às cláusulas contratuais e ao alto nível de julgamento da Administração nas premissas para classificação e manutenção de controles dos cálculos para identificação dos valores a serem segregados, uma vez que essas segregações e esses cálculos podem não estar de acordo com as cláusulas contratuais referentes à captação da respectiva debênture e podem ser registrados por valores incorretos.

Como a auditoria tratou esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle dessa dívida incluíram, entre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de contabilização das debêntures com partes relacionadas entre passivo e patrimônio; (ii) a realização de testes documentais, com base em amostragem e leitura do contrato de debêntures firmado entre a Companhia e o debenturista; (iii) a avaliação sobre a adequação do cálculo preparado pela Administração para certificar se o reconhecimento inicial do valor justo do componente passivo é o valor presente dos fluxos de caixa contratados descontados a taxa aplicada pelo mercado naquele período a instrumentos com características de crédito similares e que fornecem substancialmente os mesmos fluxos de caixa, nos mesmos termos, mas que não possuem cláusula de conversão; (iv) a adequação dos processos e das atividades de controles existentes; e (v) a avaliação sobre a adequação das divulgações realizadas pela Administração.

Ênfase

Insuficiência de capital circulante líquido

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta insuficiência de capital circulante de R\$449.345.331 em decorrência da obrigação com o credor da concessão (poder concedente). A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para utilização na hipótese da não captação de recursos adicionais até o vencimento previsto para março de 2018. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC nº 1 SP 276957/O-4

ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em reais - R\$, centavos omitidos)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	85,874,682	50	Notas promissórias	9	100,557,080	-
Impostos a recuperar		738,423	-	Fornecedores	7	7,321,062	-
Adiantamento a fornecedores		532,174	-	Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		1,209,604	-
Despesas antecipadas	4	2,720,740	-	Credor pela concessão	8	421,959,571	-
Outros ativos		<u>34,768</u>	-	Impostos, taxas e contribuições		913,584	-
Total do ativo circulante		<u>89,900,787</u>	50	Debêntures - partes relacionadas	10	<u>7,285,217</u>	-
				Total do passivo circulante		<u>539,246,118</u>	-
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	1,071,086	-	Debêntures - partes relacionadas	10	<u>698,078,389</u>	-
Intangível em andamento	6	<u>1,415,878,542</u>	-	Total do passivo circulante		<u>698,078,389</u>	-
Total do ativo não circulante		<u>1,416,949,628</u>	-				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social integralizado	12	349,899,550	50
				Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis		11,509,217	-
				Prejuízos acumulados		<u>(91,882,859)</u>	-
				Total do patrimônio líquido		269,525,908	50
TOTAL DO ATIVO		<u>1,506,850,415</u>	<u>50</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1,506,850,415</u>	<u>50</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em reais - R\$, centavos omitidos, exceto para o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016
Receita de construção	19	42,894,766	-
Custo de construção	19	<u>(42,894,766)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>-</u>	<u>-</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	13	(5,547,996)	-
Serviços terceiros	13	(14,213,212)	-
Depreciação e amortização	13	(16,110,312)	-
Outras despesas operacionais	13	(8,674,940)	-
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(44,546,460)</u>	<u>-</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	14	2,707,887	-
Despesas financeiras	14	(50,044,286)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(91,882,859)</u>	<u>-</u>
Prejuízo por ação - básico e diluído	15	<u>(0.31)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(91,882,859)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(91,882,859)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Nota explicativa	Capital social		Prêmio de opção sobre debêntures convertíveis	Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		500	(450)	-	-	50
Aumento de capital	12	476,669,878	(126,770,378)	-	-	349,899,500
Prêmio de opção sobre debêntures convertíveis	10	-	-	11,509,217	-	11,509,217
Prejuízo do exercício		-	-	-	(91,882,859)	(91,882,859)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>476,670,378</u>	<u>(126,770,828)</u>	<u>11,509,217</u>	<u>(91,882,859)</u>	<u>269,525,908</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	Nota explicativa	31.12.2017	31.12.2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(91,882,859)	-
Ajustes:			
Depreciação e amortização	5 e 6	16,110,312	-
Encargos financeiros e variação monetária sobre as debêntures	10	37,220,153	-
Juros sobre notas promissórias	9	1,116,677	-
Credor pela concessão	8	4,437,809	-
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Impostos a recuperar		(738,423)	-
Adiantamento a fornecedores		(532,174)	-
Despesas antecipadas		(2,720,740)	-
Outros ativos		(34,768)	-
Fornecedores		7,321,062	-
Salários a pagar, provisões trabalhistas e encargos sociais		1,209,604	-
Credor pela concessão	8	(4,197,021)	-
Impostos, taxas e contribuições		913,584	-
Juros de debêntures pagos	9	(28,230,485)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(60,007,269)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado	5	(1,155,339)	-
Aquisições de intangível	6	(1,002,302,662)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1,003,458,001)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital	12	349,899,500	50
Aquisição de notas promissórias - líquido do custo de captação	9	99,440,402	-
Captação de debêntures - Partes relacionadas	10	700,000,000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1,149,339,902	50
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		85,874,632	50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		50	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		85,874,682	50
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		85,874,632	50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENTREVIAS CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Insumos adquiridos de terceiros-		
Despesa operacional	(5,204,227)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17,265,051)	-
Ônus variável da concessão	<u>(241,098)</u>	-
Valor adicionado (consumido) bruto	<u>(22,710,376)</u>	<u>-</u>
RETENÇÕES		
Depreciação e amortização	<u>(16,110,312)</u>	-
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela Companhia	<u>(38,820,688)</u>	<u>-</u>
Valor adicionado recebido em transferência:		
Receitas financeiras	<u>2,707,887</u>	-
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	<u>(36,112,801)</u>	<u>-</u>
Distribuição do valor consumido:		
Pessoal:	<u>5,547,998</u>	-
Proventos	3,763,829	-
Benefícios	749,698	-
FGTS	230,719	-
Outros encargos	803,752	-
Remuneração de capitais a terceiros:	<u>50,222,060</u>	-
Juros e remuneração sobre debêntures - Partes relacionadas	37,220,153	-
Despesas financeiras	12,824,133	-
Aluguéis	177,774	-
Atribuído aos acionistas:	<u>(91,882,859)</u>	-
Prejuízos acumulados	<u>(91,882,859)</u>	-
Valor consumido	<u>(36,112,801)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em reais - R\$, centavos omitidos, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), constituída em 4 de outubro de 2016, tem por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, localizada na Avenida das Esmeraldas, 3895 – Marília – SP.

A Companhia tem como única controladora direta a Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., que por sua vez tem como controlador o fundo Pátria Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Participações.

As receitas de pedágio têm previsão do início de cobrança em março de 2018, no trecho Norte, que compreende o perímetro de 299 quilômetros entre os municípios de Bebedouro, Sertãozinho, Ribeirão Preto e Igarapava e, em julho de 2018, no trecho Sul, compreendido entre os municípios de Borborema e Florínea.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta insuficiência de capital circulante de R\$449.345.331 em decorrência da obrigação com o credor da concessão (poder concedente). A Companhia possui linhas de crédito aprovadas com instituições financeiras para utilização na hipótese da não captação de recursos adicionais até o vencimento previsto para março de 2018.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir.

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão das atividades da Companhia.

2.2. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade de a Companhia dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das Demonstrações Financeiras.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

2.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada (impairment). O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.5. *Impairment* (perda por valor recuperável)

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.6. Custos com empréstimos

Os custos com empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial até ficarem disponíveis para uso ou venda, estão incluídos no custo de tais ativos até o momento em que são destinados ao uso ou à venda.

Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que foram incorridos.

2.7. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros.

2.8. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Os impostos diferidos serão constituídos para diferenças temporárias e prejuízos fiscais quando a Companhia apresentar histórico de lucros tributáveis.

2.9. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada no seu reconhecimento inicial.

As compras ou vendas de ativos financeiros são reconhecidas e deixam de ser reconhecidas, respectivamente, na data da negociação quando a compra ou venda de um investimento estiver prevista em um contrato cujos termos exijam a entrega do investimento em um prazo estabelecido pelo respectivo mercado, e são inicialmente mensuradas ao valor justo, acrescido dos custos da transação, exceto para os ativos financeiros classificados ao valor justo no resultado.

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos prefixados ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Em cada data de balanço subsequente ao reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis (incluindo clientes e outros créditos) são registrados ao custo amortizado usando o método de taxa efetiva de juros, deduzido de perdas de seu valor de recuperação ("impairment"), se houver.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação quando são adquiridos para esse fim, principalmente, no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

A Companhia não possuía as categorias relacionadas a seguir registradas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017:

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

- Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa categoria os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter seus valores justos estimados razoavelmente.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.11. Fornecedores e outras contas a pagar

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Credor pela concessão

Representa os valores a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

2.13. Debêntures a pagar - partes relacionadas

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado através do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade e contabilizado no patrimônio líquido.

2.14. Passivos financeiros e instrumentos de capital

Classificação como dívida ou instrumento de capital

Os instrumentos de dívida e os instrumentos de capital são classificados como passivos financeiros ou de capital de acordo com a natureza do contrato.

2.15. Instrumentos de capital

Instrumentos de capital representam qualquer contrato que evidencie participação residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os instrumentos de capital da Companhia são registrados líquidos dos custos diretos de emissão.

2.16. Passivos financeiros

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento, deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

2.17. Provisões

Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

2.18. Prejuízo básico e diluído por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

2.19. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção.

A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

2.20. Outros ativos

São apresentados ao valor de custo ou de realização, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e encargos financeiros incorridos.

2.21. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas Demonstrações Financeiras e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras.

2.22. Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

- a) As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o exercício:

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 7	Iniciativas de divulgação
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014–2016

- b) As normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, ainda não foram adotadas nas demonstrações financeiras:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9 (CPC48)	Instrumentos Financeiros (i)
IFRS 15 (CPC 47)	Receitas de Contratos com Clientes (i)
IFRS 16	Operações de Arrendamentos Mercantil (ii)
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações (i)
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (iii)
Alterações à IAS 40	Transferências de Propriedade para Investimento (i)
IFRIC 22	Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos (i)

(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

(ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

(iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

- (a) A IFRS 9 (CPC 48) emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

A Administração avaliou as mudanças trazidas na IFRS 9 e não espera impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- (b) A IFRS 15 (CPC 47) estabelece um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva. Os princípios fundamentais da IFRS 15 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- i. Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- ii. Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- iii. Passo 3: Determinar o preço da transação.
- iv. Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- v. Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A Administração avaliou as mudanças trazidas na IFRS 15 e não espera impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- (c) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, com essa nova norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Administração da Companhia está em fase de avaliação do potencial impacto destas normas nas demonstrações financeiras.

(d) Alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações As alterações esclarecem o seguinte:

Ao estimar o valor justo de pagamentos baseados em ações liquidados em caixa, a contabilização dos efeitos das condições de exercício e não exercício deve seguir a mesma abordagem atribuída aos pagamentos baseados em ações liquidados através de instrumentos de patrimônio.

A Administração da Companhia está em fase de avaliação do potencial impacto destas normas nas demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Caixa	1.926	50
Bancos	10	-
Aplicações financeiras Itaú (i)	<u>85.872.746</u>	-
Total	<u>85.874.682</u>	<u>50</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que seja mantida uma classificação de crédito adequada, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e regula considerando as mudanças nas condições econômicas. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento e as decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

- (i) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, sujeitas à remuneração que varia entre de 54% a 80% do Certificado de Depósito Interbancário -CDI. A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

4. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de R\$2.720.740, classificado no ativo circulante refere-se a prêmios de seguros a apropriar.

Detalhes adicionais dos seguros estão descritos na Nota Explicativa nº 18.

5. IMOBILIZADO

	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática de telefonia	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-
Adições	26.309	109.494	451.233	568.303	1.155.339
Transferências	-	-	568.228	(568.228)	-
Depreciação	(925)	(4.785)	(78.543)	-	(84.253)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>25.384</u>	<u>104.709</u>	<u>940.918</u>	<u>75</u>	<u>1.071.086</u>
Taxas anuais de depreciação - %	20,0	10,0	20,0		

Em 31 de dezembro de 2017, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia das debêntures – partes relacionadas e das notas promissórias ou de processos de qualquer natureza.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou indícios de perda por redução ao valor recuperável.

6. INTANGÍVEL

	Contratos de Concessão (i)	Software	Intangível em Rodovias – obras e serviços (ii)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-
Adição	1.382.240.779	195.233	42.894.765	1.425.330.777
Juros sobre as debêntures	6.499.120	-	74.703	6.573.823
Amortização	(16.009.986)	(16.072)	-	(16.026.058)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>1.372.729.913</u>	<u>179.161</u>	<u>42.969.468</u>	<u>1.415.878.542</u>
Taxas anuais de amortização - %		(*)		

(*) O contrato de concessão é amortizado ao resultado de forma linear, pelo prazo da concessão de 30 anos, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa de amortização foi de 3,33%.

(i) Vide nota explicativa nº19.

(ii) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária e o direito de outorga.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados R\$6.573.823 de encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou indícios de perda por redução ao valor recuperável.

7. FORNECEDORES

Referem-se a serviços de engenharia e compra de materiais voltados à concessão e aquisições de ativo imobilizado.

8. CREDOR PELA CONCESSÃO

Correspondem ao ônus fixo constante do contrato de concessão e o ônus variável e a taxa de fiscalização, que correspondem ao total de 6% das receitas da Companhia auferidas mensalmente, incluindo as receitas financeiras obtidas de aplicações financeiras, como segue:

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Ônus variável da concessão	120.549	-
Taxa de fiscalização	120.549	-
Contrato de concessão – ônus fixo	<u>421.718.473</u>	<u> </u>
	<u>421.959.571</u>	<u> </u>

Em 31 de dezembro de 2017, o valor da atualização de R\$24.467.825 atualizado pelo IPCA foi contabilizado como despesa financeira.

A seguir, a movimentação do saldo de credor pela concessão:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2016</u>	<u>Outorga</u> <u>Fixa</u>	<u>Outorga</u> <u>Variável</u>	<u>Atualização</u>	<u>Saldo em</u> <u>31.12.2017</u>
Credor pela concessão	-	417.280.664	241.098	4.437.809	421.959.571

9. NOTAS PROMISSÓRIAS

A posição das Notas Promissórias está resumida a seguir:

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Principal	100.000.000	-
Custo de captação à amortizar	(559.597)	-
Remuneração (juros)	1.116.677	-
	<u>100.557.080</u>	<u> </u>

Em 10 de novembro de 2017, a Companhia captou empréstimo, com a emissão de 10 Notas Promissórias emitidas em forma cartular, da qual consta a cláusula “sem garantia”, custodiada perante a instituição custodiante Itaú Corretora de Valores S.A., no valor total de R\$ 100.000.000, corrigidos à taxa DI +2,8% a.a., com vencimento final em 8 de julho de 2018 junto ao Banco ABC Brasil S.A, e os recursos serão destinados ao cumprimento de obrigações da exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõe o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, nos termos do Edital de Concorrência Pública Internacional nº 03/2016 da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado de São Paulo – ARTESP. O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias ficarão classificados no passivo circulante, uma vez que a previsão de pagamento é em julho de 2018.

Não há cláusulas de covenants financeiros sobre as notas promissórias.

10. DEBÊNTURES – PARTES RELACIONADAS

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Principal	698.078.389	-
Remuneração (juros)	7.285.217	-
	<u>705.363.606</u>	<u>-</u>
Circulante	<u>7.285.217</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>698.078.389</u>	<u>-</u>

Em 10 de maio de 2017, a Companhia (“Emissora”) realizou a 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final total em 15 de maio de 2029. As debêntures foram captadas junto à debenturista e partes relacionada Pátria III – Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”). O montante total da emissão foi de R\$700.000.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do IPCA mais 8,5% ao ano, e os recursos foram destinados ao pagamento de parcela da outorga fixa relativa à concessão do Lote Centro-Oeste Paulista, junto à ARTESP – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Não haverá repactuação programada das debêntures.

O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias ficarão classificados no passivo não circulante, uma vez que a previsão de pagamento é em maio de 2029. Por outro lado, os juros são acumulados mensalmente e classificados como passivo circulante, dado que deverão ser pagos no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento previsto para o dia 15 de novembro de 2017 e efetivamente efetuado no dia 28 de dezembro de 2017, acrescido de multa e juros (ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures em razão do seu vencimento antecipado, resgate antecipado obrigatório e/ou conversão em ações da Emissora). São considerados evento de resgate ou amortização obrigatório a realização da emissora de emissão de oferta pública de valores mobiliários (incluindo de debêntures conversíveis em ações) cujos recursos sejam destinados ao pagamento antecipado das debêntures e/ou reembolso de custos decorrentes do pagamento da outorga.

Conversibilidade das debêntures – as debêntures poderão ser parcial ou totalmente convertidas em ações ordinárias de emissão da Emissora, a qualquer momento desde a data da emissão até a data de vencimento e a exclusivo critério do debenturista, mediante notificação do debenturista à Emissora indicando a quantidade de debêntures a serem convertidas, desde que o EBITDA tenha sido igual ou superior a R\$100.000.000. (EBITDA, significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases não consolidadas, relativos aos 12 últimos meses anteriores, antes: (a) das despesas (receitas) financeiras líquidas, (b) do imposto de renda e da contribuição social, (c) das despesas de depreciação e amortização, (d) do resultado da equivalência patrimonial em coligadas, controladas e controladas em conjunto, (e) do efeito de impairment de ativos, e (f) de eventuais custos não-caixa).

Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis - No reconhecimento inicial o valor justo do componente passivo foi determinado através do valor presente dos fluxos de caixa contratados e descontados à taxa de 8,65% avaliada pela Companhia como sendo comparável a transação similar sem a cláusula de conversibilidade. A diferença entre a taxa contratual e a taxa utilizada para determinação do valor justo da dívida na data da captação de R\$11.509.217, foi contabilizada no patrimônio líquido.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das debêntures estão relacionadas à não existência de: (i) pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou extrajudicial por parte da emissora, (ii) transformação societária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou ocorrência de mudança direta ou indireta, no controle acionário, (iii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela emissora, (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira assumidas pela Companhia igual ou superior a R\$10.000.000, e (v) protesto de títulos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$10.000.000.

Não há cláusulas de covenants financeiros sobre as debêntures.

A seguir, a movimentação do saldo das debêntures:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 31.12.2016</u>	<u>Juros e atualização monetária</u>	<u>Pagamento de juros e correção</u>	<u>Saldo em 31.12.2017</u>
Debêntures	688.490.783	45.103.309	(28.230.485)	716.872.823

11. PARTES RELACIONADAS

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram pagos R\$1.931.596 a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros e não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em 2017 foram pagos ao Pátria Infraestrutura III – Fundo de Investimento em Participações o valor de R\$6.460.786 referentes à consultoria empresarial, viagens, engenharia e advogados para estruturação da operação de viabilização do projeto de concessão da Companhia. Estas despesas ocorreram em período em que a companhia não havia sido capitalizada por estar em fase pré-operacional, neste sentido os gastos foram antecipados pelo sócio e posteriormente reembolsadas ao Fundo de Investimento em Participações.

Debêntures

As debêntures conversíveis em ações, supracitadas na nota explicativa 9, foram captadas junto à debenturista e parte relacionada Pátria III – Fundo de Investimento em Participações (“FIP ou debenturista”).

12. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social subscrito é de R\$476.670.378, representado por 476.670.378 ações, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Em 15 de maio de 2017 em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social de R\$500,00 para R\$476.670.378, composto por 476.669.878 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com a integralização de R\$349.899.550. O saldo de R\$126.770.828 possui prazo de integralização de até 5 anos contados da data de celebração do contrato de concessão.

O capital social subscrito é representado conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>%</u>
Infraestrutura Investimento e Participação II S.A	476.670.378	100

13. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Conservação e manutenção	(4.574.019)	-
Depreciação e amortização	(16.110.3112)	-
Custo da outorga variável	(241.098)	-
Serviços terceiros (i)	(14.213.211)	-
Pessoal	(5.547.996)	-
Materiais e equipamentos	(1.524.640)	-
Outras	(2.335.185)	-
	<u>(44.546.460)</u>	<u>-</u>
Classificados como:		
Despesas com pessoal	(5.547.996)	-
Serviços terceiros	(14.213.212)	-
Depreciação e amortização	(16.110.312)	-
Outras despesas operacionais	(8.674.940)	-

(i) Referem-se a serviços de análises técnicas, seguros, consultoria de qualidade, comunicação e marketing, jurídica e gestão.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	<u>2.707.887</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures – partes relacionadas	(38.529.486)	-
Comissões bancária e outras (i)	<u>(11.514.800)</u>	<u>-</u>
	<u>(50.044.286)</u>	<u>-</u>

(i) Refere-se a despesas bancárias e compromisso de estruturação e coordenação de garantia de limite pré-aprovado de R\$600.000 junto às instituições financeiras.

15. PREJUÍZO POR AÇÃO

31.12.2017

Prejuízo básico por ação das operações continuadas (0,31)

a) Prejuízo básico por ação

O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico por ação são os seguintes:

31.12.2017

Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação (91.882.859)

Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação 297.919.486

b) Prejuízo diluído

Em 31 de dezembro de 2017 o efeito das debêntures conversíveis em ações reduziria o prejuízo por ação e, portanto, apresenta efeito antidilutivo.

16. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro 2016, a Companhia não tem conhecimento de ser parte em algum processo de natureza tributária, cível, ambiental, tampouco em outros processos administrativos.

17. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, administra seu capital, para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Risco de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e debêntures – partes relacionadas circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação, esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Considerações gerais

- Aplicações financeiras que representam investimentos, sujeitas a variação do Certificado de Depósito Interbancário -CDI.
- Debêntures – partes relacionadas: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Índice de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31.12.17</u>
Dívida (i)	1.239.389.474
Caixa e caixa equivalentes	<u>(85.874.682)</u>
Dívida líquida	<u>1.153.514.792</u>
Patrimônio líquido (ii)	<u>258.016.691</u>
Índice de endividamento líquido	<u>4,47</u>

(i) A dívida é definida por debêntures – partes relacionadas circulantes e não circulantes, conforme detalhado na nota explicativa nº 10, (inclui o valor de R\$11.509.217 referente ao Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis); notas promissórias conforme detalhado na nota explicativa nº 9 e pelo saldo de credor pela concessão, conforme detalhado na nota explicativa nº 8.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital (exclui o valor de R\$11.509.217 referente ao Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis).

- Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

		<u>Contábil</u>
Ativos:		
Aplicações financeiras (ii)	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>85.872.746</u>
Passivos-		
Fornecedores (i)	Custo amortizado	7.321.062
Credor pela concessão	Custo amortizado	421.959.571
Debêntures (iii)	Custo amortizado	705.363.606
Notas Promissórias	Custo amortizado	100.557.080

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores possui prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de aplicações financeiras se aproximam ao valor justo na data do balanço patrimonial.

(iii) Calculado através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures e conforme valor nominal unitário – PU, atualizado em 31 de dezembro de 2017 e se aproximam ao valor justo na data do balanço patrimonial.

a) Risco de crédito

Concentração de risco de crédito Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa e bancos e aplicações financeiras.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia através de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de Juros (média ponderada)	2018	2019	2020	2021 em diante
	efetiva % a.a.				
Debêntures(i)	IPCA + 8,5% a.a.	60.293.613	62.916.042	65.522.289	1.792.105.389
Credor pela Concessão(ii)	IPCA	428.416.648	-	-	-
Notas Promissórias	CDI +2,8% a.a.	103.449.999	-	-	-

(i) Projeção do IPCA e CDI baseados no centro da meta divulgado pelo Banco Central do Brasil.

(ii) Valor atualizado com base no IPCA projetado pelo sistema de expectativas de mercado do Banco Central em base mensal até março de 2018.

c) Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no final do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício de relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Correção monetária sobre a 1ª série das debêntures	Alta do IPCA	9.587.606	11.984.508	14.381.409
Correção monetária das notas promissórias	Alta do CDI	1.290.000	1.935.000	2.580.000
Rendimento de aplicação financeira	Redução do CDI	4.017.220	3.012.915	2.008.610

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi a seguinte:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	5.16%	3.87%	2.58%
IPCA (b)	1.82%	2.28%	2.73%

(a) Refere-se à taxa mensal acumulado do CDI entre a data de emissão das debêntures e 31 de dezembro de 2017. Fonte de informação site da Cetip - www.cetip.com.br.

(b) Refere-se ao IPCA acumulado entre a data de emissão das debêntures e 31 de dezembro de 2017. Fonte de informação site do IBGE - www.ibge.gov.br.

18. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais.

Em 31 de dezembro de 2017, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Obras cíveis e instalações	R\$20.000.000	Até julho de 2018
Poluição súbita	R\$8.000.000	Até julho de 2018
Responsabilidade Civil	R\$20.000.000	Até julho de 2018
Processos administrativos, judiciais, entre outros	R\$1.107.220.849	Até junho de 2018
Complexo rodoviário sob contrato de concessão para os bens aplicáveis	R\$153.000.000	Até julho de 2018
Cobertura de manutenção ampla de obras civis e instalações e montagens	R\$ 137.219.702	Até julho de 2018

19. CONTRATO DE CONCESSÃO

Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso de pagar:

- A outorga fixa é de R\$1.314.501.667, e será paga em 2 parcelas atualizadas pelo IPCA/IBGE, tendo sido paga a primeira parcela em maio de 2017 no valor de R\$960.522.305 e reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível.

A segunda parcela, conforme regramento constante do Edital e do Contrato de Concessão Onerosa, deverá ser paga do montante residual, de R\$397.250.648 (na data base março de 2016), na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente, que será corrigido monetariamente desde a data base do Contrato.

- O valor da outorga variável correspondente a 3% das receitas bruta mensais auferidas pela concessionária (pedágio e acessórias) bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização.

A data de início da operação do Trecho Existente é 5 julho de 2017 formalizada pela assinatura do Termo de Transferência, com prazo de 30 anos a contar desta data e adicionalmente o projeto abrange investimentos obrigatórios relacionados à duplicação de 211 quilômetros de faixas rodoviárias entre o Município de Florínea e o Município de Borborema e também a construção de faixas adicionais, dispositivos de retorno e de outras estruturas rodoviárias e o projeto compreende também investimentos em Serviços de Atendimento aos Usuários – SAU.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Compromissos futuros: O contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R\$ 4,0 bilhões ao longo dos 30 anos. Serão alocados R\$ 1 bilhão para obras de ampliação, R\$ 1,9 bilhão na restauração de rodovias, mais de R\$ 615 milhões em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários, além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio (wi-fi) para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do trânsito.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>31.12.17</u>
Receita de construção	42.894.766
Custos de construção	<u>(42.894.766)</u>
	<u>-</u>

20. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 3.

b) Transações que não envolveram caixa

	R\$
Capitalização de juros no intangível – líquido da receita financeira	7.883.156
Credor pela concessão	421.718.473

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

- a) Mudança de Controle Indireto da Companhia: acordo de subscrição, entre sua controladora Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A., seu controlador indireto e controlador direto da Infraestrutura Investimentos, o Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e o Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

O Entrevias FIP realizou, aporte de capital na Infraestrutura Investimentos, subscrevendo e integralizando ações representativas de, aproximadamente, 18.24% do capital social da Infraestrutura Investimentos e a Infraestrutura Investimentos realizará, nos próximos dias, aporte de capital na Companhia, vertendo parte dos recursos do Aumento de Capital para a Companhia.

- b) Aprovação de *bookbuilding* para 2ª emissão de debêntures: em assembleia de 7 de março de 2018 foi deliberada sobre resultado do procedimento de *bookbuilding* previsto na cláusula 5.2 da escritura particular da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.
- c) Integralização de Capital: em assembleia realizada em 8 de março de 2018 foi aprovada a integralização de capital, em moeda corrente nacional, mediante aporte de R\$ 26.770.828.
- d) Aprovação do aumento de capital da companhia: em assembleia realizada em 8 de março de 2018 foi aprovado o aumento de capital da companhia de R\$ 476.670.378 para R\$ 580.628.065, representando um aumento de R\$ 103.957.687 por meio da emissão de 103.957.687 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, da Companhia, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 por ação.
- e) Abertura de Capital: em 1º de março de 2018 foi deferido o registro de emissor de que trata a Instrução CVM nº 480/2009, na categoria "B".

22. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 14 de março de 2018.

Relatório da Administração

1. Perfil

A Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Infraestrutura Investimentos e Participações foi constituída em 4 de outubro de 2016 com a denominação de CMN Solutions A039 Participações S.A., tendo por objeto único e exclusivo a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista, compreendendo a prestação de serviços de operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários, localizada na Avenida das Esmeraldas, 3895 – Marília – SP.

O lote rodoviário da Entrevias cruza as microrregiões de Assis, Borborema, Marília, Ituverava, Pongáí, São Joaquim da Barra, Sertãozinho, Novo Horizonte e Ribeirão Preto. A economia da região é predominantemente voltada à agricultura, silvicultura e exploração florestal, que correspondem a 21% da economia dos municípios. Outros setores representativos são os de construção, com 6% da economia, alimento e bebidas, com 5%, e transporte e armazenagem, com 3%.

De acordo com os estudos realizados pelo Governo do Estado de São Paulo, a projeção de crescimento esperado em cada um desses setores durante os 30 anos de concessão é de:

- Agricultura, silvicultura e exploração florestal – 86%
- Construção – 144%
- Alimento e bebidas – 54%
- Transporte e armazenagem – 58%

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

2. Evento Relevante

Em 6 de junho de 2017, foi celebrado o Contrato de Concessão relativo à Concorrência Pública Internacional 03/2016 para a exploração, mediante concessão onerosa, do sistema rodoviário constituído pelos segmentos rodoviários e acessos que compõem o Lote Florínea-Igarapava, também referido como Lote Centro-Oeste Paulista. O lote reúne 570 quilômetros de rodovias cobrindo trechos da SP-266, SP-294, SP-322, SP-328, SP-330, SP-333 e SP-351. As estradas concedidas cruzam 30 municípios, entre eles: Assis, Marília, Novo Horizonte e Ribeirão Preto. Importante ressaltar que a concessão é descontínua, com dois trechos, Norte e Sul, separados por intervalo de 129 quilômetros, entre os municípios de Sertãozinho e Borborema.

O início das operações ocorreu em 5 de julho de 2017, com a assunção da primeira parte do trecho concedido, compreendido entre os municípios de Borborema e Florínea. Foram iniciados os serviços de recuperação compreendidos no PII – Programa Intensivo Inicial –, o Serviço de Atendimento aos Usuários (SAU) e a operação do CCO – Centro de Controle Operacional

3. Desempenho Econômico

A empresa iniciou sua atividade no início do segundo semestre de 2017. Na primeira fase da concessão não são recebidas receitas de pedágio, com atividades concentradas sobre as obras do PII e construção das praças de pedágio do trecho Borborema-Florínea.

4. Receita de Pedágio

As receitas de pedágio têm previsão do início de cobrança em março de 2018, no trecho Norte, que compreende o perímetro de 299 quilômetros entre os municípios de Bebedouro, Sertãozinho, Ribeirão Preto e Igarapava e, em julho de 2018, no trecho Sul, compreendido entre os municípios de Borborema e Florínea.

5. Receita de Obras

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a receita e custo de construção de R\$42.894.766 foram contabilizados e devido ao fato das contratações dos serviços de construção serem realizadas a valor de mercado, não há reconhecimento de margem de lucro nas atividades de construção.

6. Outra Receitas

As receitas acessórias, sobre uso da faixa de domínio, têm expectativa de início de recebimento a partir de 2018.

7. EBITDA/EBITDA Ajustado

Dado ao não recebimento de receitas de pedágio e demais receitas em 2017, não existe EBITDA gerado pela operação, somente consumo de recursos aportados na capitalização inicial e provenientes de tomada de recursos, via debêntures conversíveis.

8. Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício foi negativo em R\$47.336.399, ocasionado pelo resultado das despesas financeiras oriundas das linhas de crédito tomadas, deduzidas as receitas financeiras geradas pela aplicação dos valores do caixa da Companhia.

9. Resultado do exercício

Dado a fase inicial da operação, o resultado da operação foi prejuízo de R\$91.882.859.

10. Endividamento

A empresa emitiu debêntures no valor de R\$700.000.000, correspondentes a 70.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, e remuneradas pela variação de 100% do IPCA para fins de correção monetária, bem como, 8,5% de juros ao ano com previsão de vencimento em maio de 2029.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo atualizado das debêntures é de R\$716.872.823 (incluindo R\$11.509.217 referentes à Prêmio de opção sobre debêntures conversíveis).

A Companhia captou empréstimo, no valor total de R\$ 100.000.000, corrigidos à taxa DI +2,8% a.a., com vencimento final em 8 de julho de 2018 junto ao Banco ABC Brasil S.A. O valor principal da dívida, bem como suas atualizações monetárias ficarão classificados no passivo circulante, uma vez que a previsão de pagamento é em julho de 2018.

Não há cláusulas de covenants financeiros sobre as notas promissórias, e o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 100.557.080.

11. Ônus Fixo Pago ao Poder Concedente/ Ônus Variável

Pela exploração do sistema rodoviário, a Sociedade assumiu o compromisso de pagar:

- Valor fixo a ser liquidado em 2 parcelas, tendo sido paga a primeira parcela em maio de 2017 no valor de R\$ 960.522.305,96 e reconhecida como Direito de exploração, classificada no ativo intangível. A segunda parcela, conforme regramento constante do Edital e do Contrato de Concessão Onerosa, deverá ser paga do montante residual, de R\$397.250.648 (na data base março de 2016), na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente, que será corrigido monetariamente desde a data base do Contrato. Em 31 de dezembro de 2017 o valor é de R\$ 421.718.473 referente à outorga fixa.
- Valor variável correspondente a 3% das receitas de pedágio e acessórias efetivamente obtidas mensalmente à título de ônus variável, bem como, 3% sobre a mesma base à título de taxa de fiscalização.

12. Manutenção de Rodovias

Desde o início da concessão, a Entrevias trabalha para a modernização do trecho compreendido entre os municípios de Florínea e Borborema – Trecho Sul. Parte das obras de ampliação principal (8,6 quilômetros de duplicação da SP-333 Rodovia Dona Leonor Mendes de Barros, na área urbana de Marília), está prevista para ser entregue ainda no primeiro ano de contrato. Até 2025, um período considerado bastante curto, a Entrevias vai duplicar 211 quilômetros da SP 333, transformando a rodovia no principal eixo de escoamento de safras agrícolas e da produção industrial do Centro-Oeste Paulista.

Até o final do primeiro ano de concessão, a Entrevias executa, em paralelo a grandes obras, o Programa Intensivo Inicial (PII), que inclui a recuperação do pavimento asfáltico - eliminando os buracos, ondulações e desníveis de pista -, a implantação de nova sinalização vertical e horizontal, obras de drenagem, construção e reparos de acostamento, instalação de elementos de segurança e roçada e limpeza de todo o trecho.

A segunda parte da malha a que se refere o contrato – Trecho Norte – está sob concessão da Vianorte e será transferida para o controle da Entrevias assim que terminar o atual contrato, em março de 2018. Este trecho, incorporado à concessionária, também receberá obras de manutenção e ampliação do Serviço de Atendimento aos Usuários (SAU).

13. Investimentos

A gestão eficiente e transparente dos investimentos é acompanhada pelo poder concedente que apresenta periodicamente à opinião pública números que comprovam o êxito do Programa Paulista de Concessão de Rodovias.

Os 570 quilômetros de rodovias da Entrevias - Trecho Sul - SP-333 (Rodovia Doutor Mario Gentil, Rodovia Dona Leonor Mendes de Barros, Rodovia Rachid Rayes e Rodovia Miguel Jubran); SP-294 (Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros) e SP- 266 (Rodovia José Almeida Rodovia Eng. Helder de Sá) e Trecho Norte – SP 322 (Rodovia Armando Salles de Oliveira e Anel Viário Prefeito Antônio Duarte Nogueira) – SP 328 (Rodovia Alexandre Balbo e Avenida dos Bandeirantes), SP 330 (Rodovia Anhanguera) e SP 351 (Rodovia Laureanus Brogna) receberão investimentos que garantem a qualidade e a solidez do negócio. Desde a recuperação básica do pavimento rodoviário, dos dispositivos de acesso e retorno e dos acostamentos até às grandes obras de ampliação – como a duplicação da ponte sobre o Rio Tietê, em Borborema, obra prevista para o 5º ano – os investimentos devem transferir sustentabilidade econômica e mobilidade viária segura.

O contrato de concessão da Entrevias prevê investimento de R\$ 4,0 bilhões ao longo dos 30 anos. Serão alocados R\$ 1 bilhão para obras de ampliação, R\$ 1,9 bilhão na restauração de rodovias, mais de R\$ 615 milhões em equipamentos e sistemas, entre outros investimentos para melhorar a segurança do trecho e implementar um atendimento de alta qualidade aos usuários. Além de monitoramento por câmeras inteligentes em toda a malha viária, por exemplo, está prevista a implementação de inovações como rede de dados sem fio (wi-fi) para entregar aos usuários informações importantes do sistema, como atualização sobre as condições do trânsito.

14. Dividendos

Não ocorreram distribuições de dividendos ou juros sobre capital próprio no decorrer do exercício.

15. Profissionais

O material humano é o mais importante patrimônio da concessionária. A concessionária entende que o reconhecimento profissional e o constante aperfeiçoamento são ferramentas indispensáveis para o fortalecimento dos valores e do compromisso da empresa com a comunidade, com os stakeholders, usuários e investidores. A Entrevias preza pela ética e pela forma correta de agir, com respeito e transparência, tanto por parte dos seus colaboradores quanto pelas empresas prestadoras de serviços.

No seu primeiro ano de atuação, a Entrevias projeta atuar com cerca de 1.100 profissionais contratados de forma direta e indireta nas mais diversas áreas. Emprego e renda que contribuem com o crescimento e com o desenvolvimento da comunidade. Com políticas institucionais bastante sólidas, a Companhia já projeta plano arrojado de carreira com vista no amadurecimento profissional para, acima de tudo, consolidar-se no mercado pelo comprometimento na entrega de resultados e no compromisso com a eficiência.

16. Responsabilidade Socioambiental

A Entrevias já trabalha no desenvolvimento de projetos socioambientais que vão contribuir de maneira concreta e objetiva para a preservação da fauna e da flora do trecho administrado e colaborar com o fortalecimento social das comunidades lindeiras.

Importantes parcerias com entidades filantrópicas, institutos e a própria sociedade contribuirão para que futuras medidas enriqueçam a política de gerenciamento sustentável, mitigando principalmente os impactos previstos pela consolidação do negócio.

17. Atividades culturais, sociais e esportivas

Apoiar e incentivar práticas de atividades que envolvam esporte, cultura e desenvolvimento social estão entre as ações que a concessionária pretende fomentar nas cidades lindeiras. A Entrevias entende que projetos com esse caráter, se bem planejados e executados, transformam-se em resultados aparentes e transformadores da sociedade.

A concessionária, por meio de ações próprias ou vinculadas a parceiros, terá a missão primordial de qualificar e estruturar a gestão dos projetos apoiados pelo grupo, o que ampliará a transparência no uso dos recursos aplicados e fomentará e democratizará o acesso à cultura e ao esporte por meio de leis de incentivo fiscal.

18. Programas de Segurança, Educação e Saúde

É meta da Entrevias intensificar em um curto período de tempo seus programas de relacionamento com o público. As iniciativas serão exercidas pela própria concessionária, responsável pela gestão dos investimentos sociais nos mais de 30 municípios que fazem parte do trecho concessionado, de maneira a alinhar a ação aos objetivos estratégicos do negócio. As áreas de atuação dos projetos da Entrevias estão fundamentadas em importantes pilares sociais, como saúde, educação da comunidade e dos usuários, meio ambiente, qualidade de vida e segurança viária.

Em setembro de 2017, a concessionária lançou o Pit Stop Para o Futuro, programa voltado aos alunos da rede municipal de ensino das cidades limdeiras, com idades entre 7 e 11 anos, com o objetivo de ensinar e promover comportamentos seguros e harmônicos no trânsito. Foram contempladas nesta primeira fase escolas de Marília, Tarumã e Assis.

No mês seguinte, outubro, a Entrevias realizou o primeiro evento Pit Stop Saúde, em Marília. Na ação, a concessionária ofereceu de forma gratuita exames de saúde, vacinação, atendimento odontológico e atividades físicas para o motorista do trecho – com ênfase no caminhoneiro – e também à comunidade, em parceria com a Unimar – Universidade de Marília –, que ofereceu acompanhamento de coordenadores e alunos dos cursos de odontologia, fisioterapia, veterinária e nutrição. Ao todo, foram realizados 2.224 atendimentos, em 270 motoristas.

A intenção é ampliar o programa para outros públicos, como pedestres, ciclistas e motociclistas, atendendo, assim, as diretrizes do Programa de Redução de Acidentes (PRA) e para a consolidação de políticas institucionais de formação do cidadão das comunidades.

19. Voluntariado

O serviço voluntário é um dos principais pilares na promoção do desenvolvimento social e tem o objetivo de fomentar ações de melhoria social do poder público e do setor privado. A Entrevias vai promover nos próximos meses campanhas importantes com o objetivo de despertar nas pessoas a iniciativa voluntária. Estão previstos projetos que funcionarão tanto no ambiente interno da Companhia, com os funcionários, quanto com a participação de entidades e poder público, como campanha de doação de sangue, arrecadação de agasalhos e alimentos.

O objetivo é proporcionar o impulso humano de ajudar, de colaborar, de compartilhar alegrias, de aliviar sofrimentos e de melhorar a qualidade da vida em comum.

20. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2017: auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações contábeis intermediárias trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras e serviços de auditoria para abertura de capital.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

As informações no relatório de desempenho que não estão claramente identificadas como cópia das informações constantes das demonstrações financeiras, não foram objeto de auditoria ou revisão pelos auditores independentes.

21. Considerações finais

A empresa e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios do usuário, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

22. Declaração da Diretoria (Instrução CVM 480)

Em atendimento ao disposto no inciso II do §1º do artigo 29 e nos incisos V e VI do §1º do artigo 25, ambos da Instrução CVM nº 480/09, pelo presente instrumento, os diretores da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017; e
 - b) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
-